



REFORMA TRIBUTÁRIA

Após pressão, carne entra na cesta básica

Câmara aprova primeiro texto-base da regulamentação e, de última hora, inclui proteínas animais na lista de produtos com imposto zero, medida defendida pelo setor de alimentos, pela bancada do agronegócio e pelo presidente Lula. Texto segue para o Senado

» ÂNDREA MALCHER
» RAFAELA GONÇALVES
» RAPHAEL PATI

Com placar de 336 votos favoráveis e 142 contrários — além de duas abstenções —, a Câmara aprovou, ontem, o texto-base do primeiro projeto de lei complementar (PLP) que regulamenta a reforma tributária. De última hora, os deputados aprovaram um destaque, protocolado pela oposição, para incluir carne e outras proteínas animais na cesta básica isenta de tributação. O texto segue agora para o Senado.

Inicialmente, a inclusão não estava prevista no projeto, mas os parlamentares acabaram cedendo à pressão da bancada do agronegócio e do setor de alimentos. A medida também era defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na contramão do que pretendia o **Ministério da Fazenda**. O dispositivo foi aprovado por 477 a 3, com duas abstenções.

Após a aprovação do texto-base, o relator da matéria, Reginaldo Lopes (PT-MG), anunciou que acataria o pedido de inclusão da carne na cesta básica, segundo ele, uma “demanda de toda a sociedade”. “Sei que todos aqui, como também o presidente Lula se manifestou, devemos garantir o acesso da proteína ao povo brasileiro, e a proteína de qualidade”, ressaltou o deputado, na tribuna. No texto inicial, as carnes estavam incluídas na lista de produtos com isenção de 60% do valor-base do Imposto Sobre o Valor Agregado (IVA), estimado em 26,5% e que substituirá cinco tributos a partir do ano que vem.

Além das carnes vermelhas e brancas, estão isentos de tributação os queijos e o sal, como explicou o relator, em discurso no plenário. Ele disse que todas as proteínas serão incluídas na

Diferença de cálculos

Nos cálculos do Ministério da Fazenda, a alteração representará uma elevação de 0,53 ponto porcentual, o que faria a alíquota média passar de 26,5% para 27%. Já nos cálculos do Banco Mundial, o impacto seria de 0,57 ponto.

lista final de produtos que terão alíquota zero a partir do início do período de vigência da reforma.

O próprio presidente Lula teria sinalizado para a bancada governista acatar o pedido da Frente Parlamentar Agrícola (FPA), em um telefonema do chefe do Executivo ao deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara, que revelou a conversa em uma entrevista à CNN.

Os deputados aprovaram uma terceira versão do texto, que foi alvo de intensas negociações durante todo o dia, além das mais de 27 mil horas de reunião que envolveram o grupo de trabalho (GT) e as bancadas do parlamento.

Foram acrescentados pontos relevantes para a FPA, como a redução de 60% para insumos agropecuários e aquícolas. Também foi modificada do texto anterior, a alíquota para produtos hortícolas, frutas e ovos, que serão zeradas com a reforma.

A redução de 60% da alíquota geral, de 26,5%, também passou a ser aplicada a atum e salmão, suco naturais, extrato de tomate, farinha e pão de forma. Além disso, foi zerada a alíquota para o óleo de milho, aveia e farinhas.

“O Brasil dá um passo fundamental para se desenvolver mais e melhor, com segurança jurídica, clareza tributária e regras claras para governos, investidores, produtores, industriais, comércio e consumidores”, comentou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em publicação em uma rede social.

Mário Agra/Câmara dos Deputados



A Câmara aprovou o texto-base com 336 votos favoráveis, 142 contrários e duas abstenções

» Trava

O relator da regulamentação da reforma tributária, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), incluiu uma trava para evitar que a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ultrapasse 26,5%. A trava passará a valer em 2033, depois do período de transição da reforma tributária. Caso a alíquota ultrapasse o limite de 26,5%, o governo será obrigado a formular, em conjunto com o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), um projeto de lei complementar com medidas para reduzir a carga tributária.

Entenda o caso

Unificação de impostos

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária sobre bens e serviços foi aprovada pelo Congresso Nacional no fim do ano passado, depois de inúmeras tentativas, nos últimos 30 anos, para tentar desatar o nó tributário que pesa hoje sobre cidadãos e empresas.

A fase atual é de regulamentação do que foi aprovado. O governo ainda vai apresentar ao Congresso uma proposta para mudar a tributação sobre renda e patrimônio.

O projeto avalizado, ontem, pela Câmara trouxe o coração

do novo sistema de impostos sobre consumo, com as regras para o funcionamento do IVA — que unificará cinco tributos existentes hoje. Serão dois IVAs: um de competência do governo federal, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e um de estados e municípios, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O segundo projeto de lei complementar, enviado pelo governo, trata sobre o Comitê Gestor e a distribuição das receitas do IBS a estados e municípios, passível ainda de votação.

Blindagem para armas

Na avaliação do texto de regulamentação da reforma tributária, aprovado, ontem, na Câmara, deputados derrubaram o destaque que incluía armas e munições entre os itens do Imposto Seletivo, chamado de “imposto do pecado”, que vai tributar com uma alíquota extra itens considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

O Seletivo também vai incidir sobre carros a combustão e híbridos, aeronaves, embarcações, cigarro, bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas.

A Câmara já havia incluído os jogos de azar, físicos e digitais (como as apostas esportivas, as “bets”), no “imposto do pecado”, além dos veículos elétricos.

Já os medicamentos terão desconto de 60% da alíquota-padrão para todos aqueles registrados na Anvisa ou produzidos por farmácias de manipulação. Antes, esses remédios estavam divididos entre desconto de 60% e alíquota cheia. Outra parte dos remédios conta com isenção total — e isso não foi alterado.

O relator do texto, Reginaldo Lopes (PT-MG), também contemplou demanda da bancada feminina e incluiu o DIU (Dispositivo Intrauterino, um método anticoncepcional) na lista de dispositivos médicos com redução de 60% do IVA.

A proposta ainda amplia o “cashback”, sistema de devolução de parte da CBS à população de baixa renda, de 50% para 100%, nas operações de fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural encanado. Para o cálculo da devolução, serão consideradas as compras nos CPFs de todos os membros da unidade familiar, e não apenas do representante.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Os últimos dias do reinado de Lira

Escrito no século XIX, no estilo romântico, *Os Últimos Dias de Pompeia* é um romance histórico do autor inglês Edward Bulwer-Lytton, datado de 1834. Retrata a vida na antiga cidade romana de Pompeia às vésperas de sua destruição, durante a erupção do Monte Vesúvio, no ano 79 d.C. Pompeia era uma cidade próspera e sofisticada, com uma população estimada em 20 mil habitantes.

Bulwer-Lytton fez um resgate histórico de hábitos alimentares, vestimentas, aspectos culturais mais complexos, como a diversidade de povos e costumes da cidade e os conflitos entre as crenças religiosas greco-romanas e o cristianismo primitivo, em meio à história fictícia do jovem ateniense Glaucus,

do escravo Nídia e da bela aristocrata Júlia, em meio à decadência do Império Romano.

Redescoberta no século XVIII, Pompeia é um dos sítios arqueológicos mais importantes do mundo, uma visão única da vida romana antiga. Hoje, os visitantes podem explorar suas ruínas e ver os vestígios da cidade, incluindo casas, lojas, banhos públicos, teatros e até mesmo bordéis. As ruínas das cidades vizinhas de Herculano e Stabiae também foram preservadas pelas cinzas vulcânicas.

Mas que raios tem a ver a destruição de Pompeia com o momento que estamos vivendo? Sinceramente, é apenas uma sensação de que a política brasileira vive um momento de alienação dos problemas da

população, como os aristocratas de Pompeia. Nossos parlamentares têm como foco seus interesses imediatos e nenhum projeto de país. A pauta política mais importante até ontem era a regulamentação da reforma tributária, cuja proposta foi apresentada pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), relator do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, do Poder Executivo.

O texto estabelece as regras do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS). Apenas sete deputados participaram das negociações para sua elaboração, que passou por 22 audiências públicas e 231 mesas de diálogo, em 218 horas de negociações com 1.344 representantes de governos e dos setores econômicos, ou seja, todos os lobbies organizados no Congresso. Estava tudo resolvido no colégio de líderes. Mas faltou combinar com a opinião pública.

Dias de festa

Às vésperas do recesso, Brasília vive uma semana glamourosa, com festas e encontros políticos quase todos os dias. Na terça-feira, num restaurante do Lago Sul, o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, presidente do PSD, promoveu um grande jantar em homenagem ao seu candidato a presidente da Câmara, o deputado Antônio Brito (PSD-BA), que reuniu praticamente todas as lideranças da Câmara, entre camarões sete barbas, vinho e uísque à vontade. “Anota aí, Brito será o próximo presidente da Câmara”, garantia.

Também estavam lá os ministros Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública), José Múcio (Defesa), Luciana Santos (Ciência e Tecnologia), André de Paula (Pescaria), Luiz Marinho (Trabalho), Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), Jader Filho (Cidades) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), que chegou por último. O presidente do PL, Valdemar Costa

Neto, porém, é que roubou a cena, ao chamar Arthur Lira para uma conversa ao pé do ouvido (à frente das câmeras).

Lira precisa do apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro e do PL para eleger seu candidato a presidente da Câmara, Elmar Nascimento (União Brasil-BA), o que explica a agenda reacionária que impôs à Casa e queimou seu filme na opinião pública, além de lhe causar algumas derrotas, como na questão da criminalização do aborto em caso de estupro. Na festa, um vulcão entrava em ebulição. Alguns parlamentares queixavam-se de que a regulamentação da reforma tributária era uma caixa preta controlada por Lira.

Alguns jabutis já eram conhecidos, como a taxa especial de carros elétricos, a redução de impostos para armas, do carvão, agrotóxicos, igrejas e mais alguns contrabandos que ainda estão na penumbra. O grande pomo da discórdia, porém, era a exclusão da proteína

animal da cesta básica: da salsicha à picanha, do ovo ao frango, da sardinha ao badejo. Estima-se que a carne ficaria em média 10% mais cara.

O antigo relator da reforma tributária, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), não escondia o descontentamento e articulava ostensivamente a inclusão da carne na cesta básica. Considerava absurda, ainda mais diante da exagerada ampliação de seus produtos para agradar os lobbies empresariais. A noite, durante a votação, de tanta pressão, o relator Reginaldo Lopes, petista de carteirinha, acolheu a emenda do PL para incluir a proteína animal na cesta básica, num acordo de lideranças. A regulamentação da reforma tributária é uma mudança institucional histórica na economia, no entanto, marca os últimos dias de reinado de Arthur Lira na Câmara. Ao voltar do recesso, terá que organizar a própria retirada e tentar fazer o sucessor, o que não será nada fácil.